

O PEDAGOGO-PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS NA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA DO CUIDAR E EDUCAR

Francisco Reginaldo Linhares.

Graduado em Pedagogia e Professor da Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Pilões-RN. Email: reginaldo_linhares@hotmail.com

Sheyla Maria Fontenele Macedo.

Dtranda. na Universidade de Lisboa, Instituto de Educação (Portugal)

Professora Assistente III do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: sheylafontenele@uern.br

Resumo:

O artigo intitulado **O pedagogo-professor da Educação Infantil: desafios na relação teoria e prática do cuidar e educar** é integra a pesquisa monográfica **O cuidar e o educar na Educação Infantil: o descortinar da relação teoria e prática**, apresentada no ano de 2012, como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, no “*Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia*”, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil (CAMEAM/UERN/ BR). O artigo é de cunho qualitativo e com base em revisão bibliográfica. Objetiva identificar alguns dos desafios acerca da relação entre a teoria e prática do cuidar e do educar na Educação Infantil e neste ínterim, sobre o papel do pedagogo enquanto professor deste nível de ensino. Tem como alicerce o seguinte referencial teórico: Antunes (2010), Angotti (1998), Imbernón (2001), Ferreira (2006), Freire (1996), Pimenta e Lima (2008). A pesquisa é relevante por contribuir com reflexões acerca do papel do pedagogo professor da Educação Infantil, por permitir reflexões frente às práticas pedagógicas e por proporcionar discussões pertinentes acerca da formação profissional de professores para este nível de ensino. É tempo que a Educação Infantil se projete enquanto primeiro nível de ensino no corpo da educação básica, desafio que se apresenta para este professor.

Palavras-Chave: Pedagogo- professor. Teoria-prática. Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Brasil de hoje ainda são inúmeros os desafios para que a Educação Infantil venha a se tornar uma prática compreendida e inserida como parte da educação básica. O fato é que houve resistência por parte dos governos em suas diferentes instâncias no sentido de fazer cumprir as exigências legais para que esta etapa de ensino se fortaleça. Resistência que se consolidou na baixa qualificação dada aos profissionais em cursos com currículos minimalistas. Destacamos ainda que, a formação de pedagogos, professores da Educação Infantil, em especial, não assinala o caminho seguro em direção à criação deste novo perfil de educador. Neste sentido, a pesquisa em questão propõe a discussão em dois blocos: a) as rupturas identificadas na relação teoria e prática, ou seja, quando os professores se apoderam de um discurso e põem outro em prática; b) A reflexão de que a profissão pedagogo, enquanto professor se constitui em prática social que deve viabilizar meios para que a criança, em sua primeira etapa de vida, se desenvolva bio-psico e socialmente de acordo com a sua idade, neste espaço de interação denominado “escola”.

No segundo momento, revisitamos as práticas pedagógicas do cuidar e educar, destacando quais as práticas pedagógicas que realmente favorecem o desenvolvimento da criança na primeira infância e denuncia, de certa forma, que o fazer pedagógico ainda está embutido de preconceitos, do ideal assistencialista e que, até certo ponto, as crianças são vistas como seres desprovidos de protagonismo para se construírem como sujeitos socialmente ativos.

1 A construção na relação teoria e prática na formação pedagogo, professor da Educação Infantil

Não são novas as discussões que envolvem a temática da ruptura existente entre a teoria e a prática. A questão invade diversos áreas da vida, mas especialmente o campo profissional. O tema não é, portanto, exclusividade para aquele que se encontra no exercício do magistério. É consenso que fazer excelentes discursos, apontar soluções para esta ou aquela situação, dizer que se deve atuar desta ou daquela forma e de acordo com a teoria x ou y, é tarefa fácil. Entretanto, por em prática o que se teorizou e vice versa, nem sempre é parte dos diferentes universos profissionais. E quando se trata do papel do professor, a ação docente dicotômica (entre teoria e prática) por vezes, poderá

levar o profissional a se firmar em práticas de “improviso”. Ideia que vai de encontro à função de “prática social” delegado ao profissional docente conforme destacam Pimenta e Lima (2008):

De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação. (PIMENTA e LIMA, 2008, p. 41).

A prática social docente exige o perfil de um profissional qualificado e preparado, em que o “improviso” é descabido. Este preparo não se limita ao fator acadêmico, mas aquele que o qualifica enquanto humano, uma formação que dê as bases para que o docente identifique que necessita construir um emocional equilibrado, a fim de que possa ensinar boas ações e formas éticas para que a criança aprenda sob a ótica de uma concepção de educação libertadora, que se educa para a vida, do individual para o coletivo e vice versa. A criança de hoje será o adulto de amanhã, então dessa forma é imprescindível que adquira uma base educacional de qualidade e que segundo Imbernón (2006), necessita de “mudanças”:

Mudanças foi uma palavra mágica nas reformas do final dos anos 80 e 90, que pouco a pouco foi incorporada e transformada em lugar-comum na escrita e nas declarações públicas. Contudo, dificilmente é transferida para a realidade da prática educacional e da formação, já que uma verdadeira mudança não pode ser proposta seriamente sem que se possua um novo conceito e uma nova mentalidade, uma nova forma de ver as ocupações sociais e a profissionalidade docente, sem definir uma nova política educativa e sem levar em conta as necessidades pessoais e coletivas da população e dos professores. Isso supõe romper certas inércias e ideologias institucionais que perduraram, ainda que parcialmente, durante muitos anos. (IMBERNÓN, 2006, p. 95 e 96).

As mudanças na formação profissional de professores é um processo que vem se descortinando no Brasil do século XXI. Entretanto, ainda são encontradas resistências frente à adesão do que sugerem e normatizam as diferentes leis e documentos, especialmente para a Educação Infantil. O ideário educativo que historicamente caracterizou este segmento educacional, ou seja, o assistencialismo, a educação

compensatória, e que perduraram por décadas, ainda persistem, ainda que forma subjetiva. O que torna difícil a proposição de novas teorias e práticas, já que este ideário ainda se encontra arraigado. Mudar ideias significa romper com alguns paradigmas que são impostos não só pela sociedade, mas no seio da própria escola. Eis o grande desafio.

É inegável que hoje o professor é cercado de várias as oportunidades para se capacitar ou se instruir profissionalmente, quer seja por intermédio da formação em serviço nas escolas, da formação continuada ofertada através de inúmeros eventos educativos espalhados não só pelo país, ou ainda de programas oferecidos pelo governo federal, como por exemplo, a Plataforma Freire, que desde 2011, oferece cursos de formação inicial em licenciatura ou de pós-graduação *lacto sensu*, e que são de fácil acesso para o profissional da educação básica, que tem a oportunidade de se capacitar em cursos de caráter presencial ou à distância. Porém os contextos sociais que condicionam a formação refletem uma série de forças em conflito. As rápidas mudanças dos meios de comunicação e de tecnologia foram acompanhadas por profundas transformações na vida institucional de muitas organizações. (IMBERNÓN, 2006). Ainda de acordo com esse mesmo autor há algumas forças que resistem às mudanças que se impõem à educação, sobretudo em relação às novas tecnologias. Podemos até nos questionar sobre quantos professores atualmente sabem trabalhar com as novidades tecnológicas, coisas simples do dia a dia como: ligar e operar um computador, usar um *data show*, fazer uma projeção de imagem, dentre outros recursos.

O fato é que, apesar dos estímulos frente à qualificação, percebemos uma intensa resistência por parte de alguns professores, que não querem se qualificar, apesar de serem ofertados cursos através de programas do governo federal, a falta de disponibilidade de alguns profissionais, é uma forte variável para fortalecer a dicotomia entre a teoria (ou ausência desta) e a prática pedagógica. Ou mais ainda, o desinteresse na capacitação, poderá levar a uma prática desprovida não só de teoria, mas de uma prática renovada. No que se refere à esta formação descontextualizada, Freire (1996) destaca que:

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica [...] O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (FREIRE, 1996, p. 92).

Para Freire (1996), o professor deve ter a disponibilidade e a coragem para estudar, pois é a partir desta construção que ele se torna um pensador e criador de novas práticas educativas. E por isso se faz necessário uma formação inicial que realmente atenda às necessidades dos educandos da educação infantil, que ainda é tratada como “apêndice” no corpo da educação básica.

Entendemos, que todo o professor deve ser um profissional de espírito crítico e investigador, ou seja, que seja sempre um pesquisador, que levante hipóteses sobre as teorias e práticas construídas, que busque tirar dúvidas, que sugira coisas novas e que não se limite às práticas repetitivas, desprovidas de resultados, mas especialmente aquele que exerce a docência na Educação Infantil. Este deverá buscar a todo custo a construção do protagonismo em seu desenvolvimento profissional:

Falar de desenvolvimento profissional, para além da formação, significa reconhecer o caráter profissional específico do professor e a existência de um espaço onde este possa ser exercido. Também implica reconhecer que os professores podem ser verdadeiros agentes sociais, capazes de planejar e gerir o ensino-aprendizagem, além de intervir nos complexos sistemas que constituem a estrutura social e profissional. (IMBERNÓN, 2006, p. 46).

Identificamos muitas vezes que a formação inicial do pedagogo professor da Educação Infantil, ainda está relacionada a questões burocráticas, a modelos de estágio que desconectam as teorias das práticas ou práticas dissociadas da realidade. E não são poucas as vezes que o professor supervisor do estágio carece de experiência teórico-prática no campo. Ou seja, supervisiona para a Educação Infantil, sem nunca ter sido professor da “Educação Infantil”. Sem querer entrar a fundo no mérito da questão, e apesar dos argumentos contrários que se possam construir frente à afirmativa, levantamos só um questionamento: alguém pode ensinar a pescar sem nunca ter pescado?

São assim inúmeras as questões que envolvem os problemas da formação do pedagogo professor da Educação Infantil, e os conflitos decorrentes entre a teoria e prática, ou em outras palavras, a *práxis* propriamente dita. Optamos, entretanto em não fazer uso constante da expressão, para chamar atenção frente aos campos mencionados não somente em seu contexto interativo, mas em seus pormenores.

Outro fator que em nosso entendimento sugere a desconexão teoria-prática, é o fato da Educação Infantil ainda não ser “considerada” na prática como a primeira etapa da educação básica conforme preconiza a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (LDBEN). Apesar das mudanças que estão acontecendo, tais como maior qualificação docente, entrada de profissionais com a formação inicial através de concursos, entre outras, o imaginário da Educação Infantil na sociedade brasileira ainda a relaciona a um espaço para “deixar as crianças” enquanto os familiares trabalham, ou seja, a imagem do depósito de crianças. Para desmistificar esse conceito se faz necessário um trabalho rigoroso e paciente, é bem verdade, mas é preciso que a mudança também aconteça de dentro para fora. Não negamos que esse conceito já vem sendo mudado, mas a Educação Infantil ainda tem muito que caminhar para ser enxergada como nível de ensino, em que a criança lá esteja primordialmente para aprender.

A LDBEN assegura que o profissional da Educação Infantil tenha no mínimo uma formação em nível médio, antigo curso pedagógico, voltado para o magistério. Não desmerecemos a formação ofertada por este nível de ensino, em vista que a mesma se desenvolveu durante décadas em nosso país, mas considerando a grande responsabilidade que envolve os contextos do cuidar e do educar na Educação Infantil, é de grande relevância que esta formação cada vez mais avance para o nível superior, e que este profissional tenha no mínimo concluído o curso de Pedagogia. Já não é mais admissível, em nosso ponto de vista, a manutenção desta formação a nível médio. Entendemos que esta base deve ser garantida aos profissionais a todo custo, sendo ainda complementada pela formação continuada. É necessário, neste sentido, que o próprio profissional identifique também que o curso de Pedagogia jamais dará conta de uma formação multidisciplinar aprofundada. Estes conhecimentos deverão ser buscados em cursos sequenciais, de especialização, ou a nível *stricto sensu*.

Logo, não existe educação sem um educador que estude, se aperfeiçoe. Nesse sentido, o planejamento da formação continuada deve configurar-se mais que uma realidade, uma prática, em especial para o professor da Educação Infantil, que necessita abarcar múltiplos conhecimentos, conforme propõe o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em seu volume 1:

[...] o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos,

costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento [...]. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas. (BRASIL, 1998 a, p.30).

Compreendemos que o esforço para a integração entre a teoria e a prática no cotidiano escolar está diretamente relacionada à formação do educador, vez que esta: “terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho”. (IMBERNÓN, 2001, p.48-49). Ou seja, a formação dos profissionais da educação deve criar momentos de reflexão, que por sua vez, gerem novas e (re) significadas experiências didáticas, em que os problemas transformados em pesquisa, originem mudanças na própria prática, ou como nos apresenta Ferreira (2006, p. 49-50): “São estes projetos, centrados em problemas sentidos pelos docentes nas suas situações de trabalho, que tem originado mudanças mais comprovadas”.

Nessa ótica, é papel do educador nessa etapa de ensino manter vivos e integrados os conhecimentos que envolvem os diversos campos do saber. A formação deve ser multidisciplinar. E para que a Educação Infantil seja realmente compreendida na prática como nível de ensino alicerce dos demais, necessita de uma proposta pedagógica diferenciada, em que o professor explore na criança a sua bagagem de conhecimentos, começando pelos conhecimentos prévios, respeitando o que a criança traz a partir de sua convivência familiar e do meio o qual está inserida. Proposta esta em que a inteligência e a sensibilidade sejam exploradas de forma que a criança adquira e aprenda conceitos úteis para a vida em sociedade, sobre como bem se comportar, se alimentar, se higienizar, respeitar o outro, e que possa desenvolver saberes em todos os campos do desenvolvimento, desde a escrita e leitura, aos conhecimentos que envolvam a matemática, as artes em geral e o conhecimento de mundo etc.

Do exposto, conclui-se que apenas a formação inicial do professor de educação infantil nos cursos de Pedagogia não é suficiente para que este profissional atenda as necessidades de uma turma de crianças de 0 (zero) até 5 (cinco) anos, que geralmente

são curiosas, têm o desejo de descobrir o novo, gostam de novidades, estão ávidas para aprender.

A integração teoria e prática necessitará ainda de um ingrediente fundamental, que o pedagogo professor tenha se apropriado de sua experiência de mundo. Esta agirá como o cimento para a efetivação de sua imagem enquanto professor da Educação Infantil. É preciso não esquecer a criança que foi, para que se efetive o ideal integrador da tríade: cuidar, educar e brincar. Experiência esta que deverá ainda ter a humildade como valor, para que cada dia ele, educador, considere a ideia de inacabamento, admitindo que é preciso preparar-se, dar continuidade à sua formação, a fim de realizar a missão de forjar melhores gerações de humanos.

2 Revisitando as práticas pedagógicas do cuidar e do educar na Educação Infantil

O professor da Educação Infantil ainda é influenciado por duas imagens acerca do conceito de criança. Ou esta é tida como “adulto em miniatura” ou é percebida como um ser indefeso, carente da capacidade de pensar. Estas duas metáforas se alternam nas rotinas escolares. Por vezes, nos deparamos com classes organizadas em fileiras, como alunos do Ensino Fundamental, em que lhe são impostos conteúdos à margem de sua realidade. Por outro, as encontramos sentadas ou deitadas em seus tapetes a ler um livro. O fato é que, o conceito de criança mudou, mas pedagogicamente nem sempre nos apercebemos sobre “quem é este ser infantil”, “suas necessidades” e “quais práticas favorecem seu desenvolvimento integral”. E nesse sentido, quais são as melhores estratégias de ensino para envolver os atos de cuidar e educar neste campo da educação:

Seria muito bom se todos os professores observassem suas estratégias de ensino como os gorduchos em regime observam seus progressos na balança. Se acreditarem em seu êxito, querem medir o peso a cada instante. A aula tem que ser avaliada a cada dia, o uso das competências em todas as oportunidades, o anseio de progresso no início de cada semana. (ANTUNES, 2010, p.48).

Logo, as estratégias didáticas adotadas para a Educação Infantil deveriam contemplar a responsabilidade do educador no sentido de renovar suas práticas por meio da reavaliação das aulas, (re) planejar, rever erros, mas acima de tudo, identificar que

cada criança é um universo em si e que cada classe possui necessidades diferentes de outras.

As rotinas escolares nesta fase são de grande importância para as crianças dentre elas é importante destacar à hora do brincar, que em muitas escolas de Educação Infantil ainda desconsideram. Não podemos esquecer da relevância de outras, tais como a hora da chegada, em que as crianças precisam se sentirem acolhidas tanto pelo professor como pelo os colegas de turma; a rotinas ligada à hora da leitura, para que a criança tenha contato com o livro, possa folheá-lo, observar o que as imagens transmitem, ver as frases escritas, perguntar, tirar dúvidas e com isso possam adentrar nas práticas de leitura, possibilitando desde cedo a construção do prazer pela leitura. Assim, não menos importantes são os instantes em que participam das atividades escritas, da construção de desenhos ou ainda de pequenos textos; a hora da higiene, do lavar as mãos, de se alimentar, por fim até mesmo a rotina da hora da despedida deve ser pensada pelo educador.

As aulas precisam ser atrativas, uma vez que para chamar a atenção e despertar o interesse pelo conhecimento nas crianças desde muito pequenas, o professor deve ser criativo e proporcionar uma variedade de atividades, em que a criança perceba a importância da interação com as demais e que juntas possam fazer as atividades propostas, as quais tenham o intuito de ensinar e aprender e a desenvolver habilidades próprias da infância como: a motora, as cores, as letras, os números, pintar, entre outras.

O ideal de “alfabetizar” em tempo hábil faz com que a educação de caráter conteudista muitas vezes prevaleça nas classes de Educação Infantil. Observamos professores preocupados em ensinar a ler e a escrever, deixando o lúdico esquecido, trabalhando de forma tradicional, apenas com a reprodução de pequenas palavras, quando o professor de Educação Infantil deve ensinar a ler e a escrever de forma lúdica. E que por esta razão, espaços adequados ao brincar não são organizados, e esta atividade termina por ser tomada como “momento livre”, desprezado assim seu caráter educacional, cuja natureza é repleta de estímulos para observar, intervir e conhecer o universo infantil.

As rotinas escolares, e mesmo o brincar, não devem dispensar o planejamento, ou programação, há que se estabelecer não só horários para o brincar, mas para o pintar, o vestir, o alimentar-se, de maneira que cada uma dessas atividades sejam criteriosamente pensadas e de preferência, que contem com a participação do educando.

Percebemos também a falta de integração entre às práticas do cuidar e do educar, que em muitas práticas prioriza ou um ou outro, ou seja, ou se cuida, ou se educa. Como se uma ação didática não dependesse da outra. Desse modo, as escolas ou limitam-se ao cuidar e esquecem-se do educar, ou ainda, querem educar, tratar do caráter pedagógico propriamente dito, mas não conseguem cuidar:

Embora não existam informações abrangentes sobre os profissionais que atuam diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas do país, vários estudos têm mostrado que muitos destes profissionais ainda não têm formação adequada, recebem remuneração baixa e trabalham sob condições bastante precárias. Se na pré-escola, constata-se, ainda hoje, uma pequena parcela de profissionais considerados leigos, nas creches ainda é significativo o número de profissionais sem formação escolar mínima cuja denominação é variada: berçarista, auxiliar de desenvolvimento infantil, babá, pajem, monitor, recreacionista etc (BRASIL, 1998, a, p. 39).

Ratificamos a discussão do primeiro bloco, de que na Educação Infantil, assim como nos demais níveis de ensino, a teoria e a prática precisam caminhar em conjunto. A afirmativa é repetitiva, mas que se faz necessária para que se possa enfocar a necessidade de um olhar mais crítico sobre as práticas pedagógicas integradoras entre o cuidar e o educar. Nesse sentido, caberá ao educador perceber os “tempos” de aprendizagem da criança. Tempos estes que reúnem conhecimentos sobre o seu meio natural, social e cultural, desde que é um bebê.

Logo, o professor de Educação Infantil deve ser um profissional que abarque um número significativo de conhecimentos, em especial no que tange aos fundamentos da educação. Campo em que percebemos grandes lacunas, já que os cursos de Pedagogia pouco oferecem disciplinas voltadas para as áreas neurofisiológicas, que entendemos ser fundamental importância para que as práticas pedagógicas se ajustem às fases de mudanças e de aprendizagens da criança, e para que o trabalho aconteça com coerência e que as atividades propostas sejam adequadas ao desenvolvimento infantil e que o papel do educador não seja reduzido ao de um “pastorador” de crianças.

Do exposto, compreendemos que a correlação teoria-prática deverá acontecer frente à complexidade que envolve os atos de cuidar e educar na educação infantil, e deverá ainda perpassar pelo desenvolvimento do gosto do educador pelo ensinar.

Outro ponto relevante frente a estas práticas é conforme afirma Gadotti (2004), que o professor deve reivindicar o direito à desobediência:

A prática da educação começa pela desobediência e pelo desrespeito. Entenda-se bem essa desobediência e esse desrespeito, para o leitor não se equivocar. É preciso ser desrespeitoso, inicialmente, consigo mesmo, com a pretensa imagem do homem educado, do sábio ou mestre. E é preciso desrespeitar também esses monumentos da pedagogia, da teoria da educação, não porque não sejam monumentos, mas porque é praticando o desrespeito a eles que descobrimos o que neles podemos amar e o que devemos neles odiar. (GADOTTI, 2004, p. 71).

Ou seja, o educador precisa ser audacioso, no sentido de romper com certos padrões sociais, que estão muito implícitos dentro da escola, ou em sala de aula. É preciso discordar não no sentido de apenas discordar, mas porque é através deste descontentamento que o professor cria força para buscar mais, inovar, e ter coragem de ser um profissional cujo perfil tenha embutido em si a expressão “ousadia”. É preciso ter coragem para praticar a educação dessa maneira, mas é somente dessa forma que podemos formar gente capaz de assumir a sua autonomia, gente inconformada, capaz de autodeterminar-se e participar na construção de uma sociedade de direitos iguais. (GADOTTI, 2004, p. 71).

O professor deve ser um profissional que seja capaz de incentivar aos alunos a mudar a sua prática social, dessa forma:

O professor, numa pedagogia que pretenda caminhar lado a lado com a transformação social, não é um ausente, mas uma presença atuante, participante, dirigente, “especialista mais político” (GRAMSCI, 1968:8), que anima, constrói, organiza. Que o professor participe, dirija, por meio de uma pedagogia diretiva ou não-diretiva, isso é secundário. (GADOTTI, 2004, p. 75).

O professor tem essa responsabilidade, não apenas de ensinar, mas de educar em um contexto global, ele não precisa apenas preocupar-se com os conteúdos que vão ser repassados a partir da relação cuidar/educar, porém de que forma esses chegarão a se transformar em conhecimento pelos educandos. Além dos conteúdos relacionados às áreas de conhecimentos formais, é preciso ensinar a criança “a ser gente”, de forma que saibam se comportar em sociedade e que aprendam a lidar com as dificuldades no âmbito pessoal e grupal. Dessa forma, o professor precisa ser exemplo daquilo que

ensina, respeitando os saberes trazidos por cada um de sua vivência em comunidade. Ou como afirma Freire (1996):

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 30).

Paulo Freire (1996) nos afirma que o professor deve valorizar os saberes que os educandos trazem de casa, da sociedade os quais convivem, nessa perspectiva refletimos sobre como podemos valorizar esses conhecimentos das crianças que estão na Educação Infantil.

A criança quando chega pela primeira vez à escola, tem um choque com a realidade, muitas choram e não querem permanecer, outras têm condutas das mais diversas para chamar a atenção do adulto e afirmar que não é aquele espaço que ela quer. Logo, uma criança para se sentir bem e acolhida em uma escola de Educação Infantil, já que para ela é tudo novo e diferente, necessita que o professor seja uma pessoa em quem ela confie, para poder ter o gosto de aprender. Por isso, o professor deve estar preparado não só teoricamente para compreender essas interfaces do processo, mas pedagogicamente com atividades que proporcionem e despertem na criança o interesse para se manter naquele local, que nem sempre é atrativo.

O professor da Educação Infantil deve ser um profissional que tenha intrínseco o desejo da mudança, da transformação, do diálogo, sendo que ele só terá uma nova prática se estiver aberto a essas questões.

As práticas do cuidar e do educar exigem aperfeiçoamento, e conforme nos assinala Freire (1996), uma curiosidade epistemológica. Desta forma, é necessária uma prática de reflexão, que só a partir dela é que o professor da Educação Infantil será capaz de iniciar um ciclo de mudança, que não se configura somente no desejo de mudar, é preciso mais do que o querer, é preciso realizar. Sabemos que para a educação básica ter um ensino de qualidade o professor precisa ser coerente com a sua prática, para isso, necessita ser inovador, acolhedor, gostar de estudar e pesquisar para adquirir subsídios científicos e colocá-los em prática em sua sala de aula.

Em outras palavras, educar crianças de 0 (zero) até 5 (cinco) anos é uma tarefa que reúne um conglomerado de construções epistemológicas e práticas e que envolvem a formação do profissional da Educação Infantil. Não só a formação, mas uma estrutura física favorável ao desenvolvimento das atividades planejadas, recursos didáticos – pedagógicos, é preciso que o professor além da formação pedagógica lhe seja oferecido boas condições de trabalho. Entretanto, para que as práticas pedagógicas atendam aos aspectos fundamentais do desenvolvimento da criança, para que contemplem a integração real entre o cuidar e o educar, o professor deve caminhar para além de sua formação profissional. Ou seja, se constituir num real “cientista da educação”, que necessitará acender em sua consciência o desejo de estudar, de ser um pesquisador, de ser não o “melhor educador”, mas ser o melhor em sua realidade e desenvolver o desejo de querer fazer a diferença, de ser útil, o que significa em poucas palavras, “fazer a sua parte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão, parte da monografia intitulada **O cuidar e o educar na educação infantil: o descortinar da relação teoria e prática**, buscou rebuscar alguns dos desafios impostos para o professor da Educação Infantil no que tange, especialmente, a relação teoria e prática nos atos de cuidar e educar.

Sabemos que o contexto atual demanda e exige novas posturas do professor. Entretanto, esta formação inicial ainda não consegue abranger todas as ferramentas pedagógicas necessárias à profissionalização do educador para este nível de ensino. É preciso que os cursos de Pedagogia construam profissionais com uma visão interdisciplinar, de tal maneira que a relação teoria e prática se processe de forma não dissociada e seja integradora dos diversos campos de conhecimentos. Formação esta em que o educador também se enxergue como partícipe do processo educativo, que perceba a necessidade da integração da tríade “cuidar, educar, brincar” e que se enxergue como um “mediador lúdico”.

Das reflexões apresentadas, identificamos como um dos grandes desafios que surge no contexto da relação teoria e prática o fato de que seja realmente o professor da Educação Infantil crítico e reflexivo, uma vez que isto só será realidade na medida em que o desejo de mudança seja alimentado pela auto formação, pela auto avaliação, pelo

autoconhecimento, neste sentido a *práxis* se configurará por meio de uma formação permanente:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1996, p. 39).

O artigo tornou-se relevante frente à proposição das seguintes reflexões:

- a) O pedagogo é também o professor e o profissional responsável pela organização dos processos de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. E deverá buscar dar continuidade à sua formação, quer em serviço, ou continuada, de forma a minimizar a ruptura teoria-prática;
- b) Por conta da especificidade de seu papel, se faz imprescindível buscar conhecimentos acerca de como a criança se desenvolve cognitivamente, socialmente e afetivamente na escola, a fim de que as práticas pedagógicas neste nível de ensino alinhem com aprendizagem da criança;
- c) Repensar as questões interativas entre a teoria e prática do cuidar e do educar na educação infantil nos possibilita, num segundo momento, repensar a formação inicial do pedagogo nos cursos de Pedagogia para este nível de ensino;
- d) Faz-se necessário observar a prática de professores da Educação Infantil, com o enfoque na *práxis* pedagógica do cuidar e do educar, considerando-se ainda o brincar, a fim de favorecer maior integração entre estes campos do conhecimento.

Finalmente, pode-se inferir que o pedagogo que atua na Educação Infantil está em processo de construção de sua identidade, ou seja, do que realmente significa ser professor deste nível de ensino. Muito há que se descobrir e descortinar sobre o papel

deste profissional responsável pela organização dos processos de ensino-aprendizagem de educandos que se encontram na primeira etapa de suas vidas. O certo é que, o pedagogo, professor da Educação Infantil, deverá reunir uma gama de conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento da criança, como este se organiza a níveis cognitivo, social e afetivo, entretanto, e neste revolver de saberes, é sensato que busque encontrar também a si mesmo, enquanto pessoa que se constrói profissionalmente.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** (2ª ed.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula.** (9ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília. 2007. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 de set. de 2011.

_____. Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. **Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 10 de set. de 2011.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (1998). Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 de set. de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** – 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.